

Douglas Christian Ferrari de Melo

DESFAZENDO OS NÓS: inquietações e pessoas com deficiência

Volume II



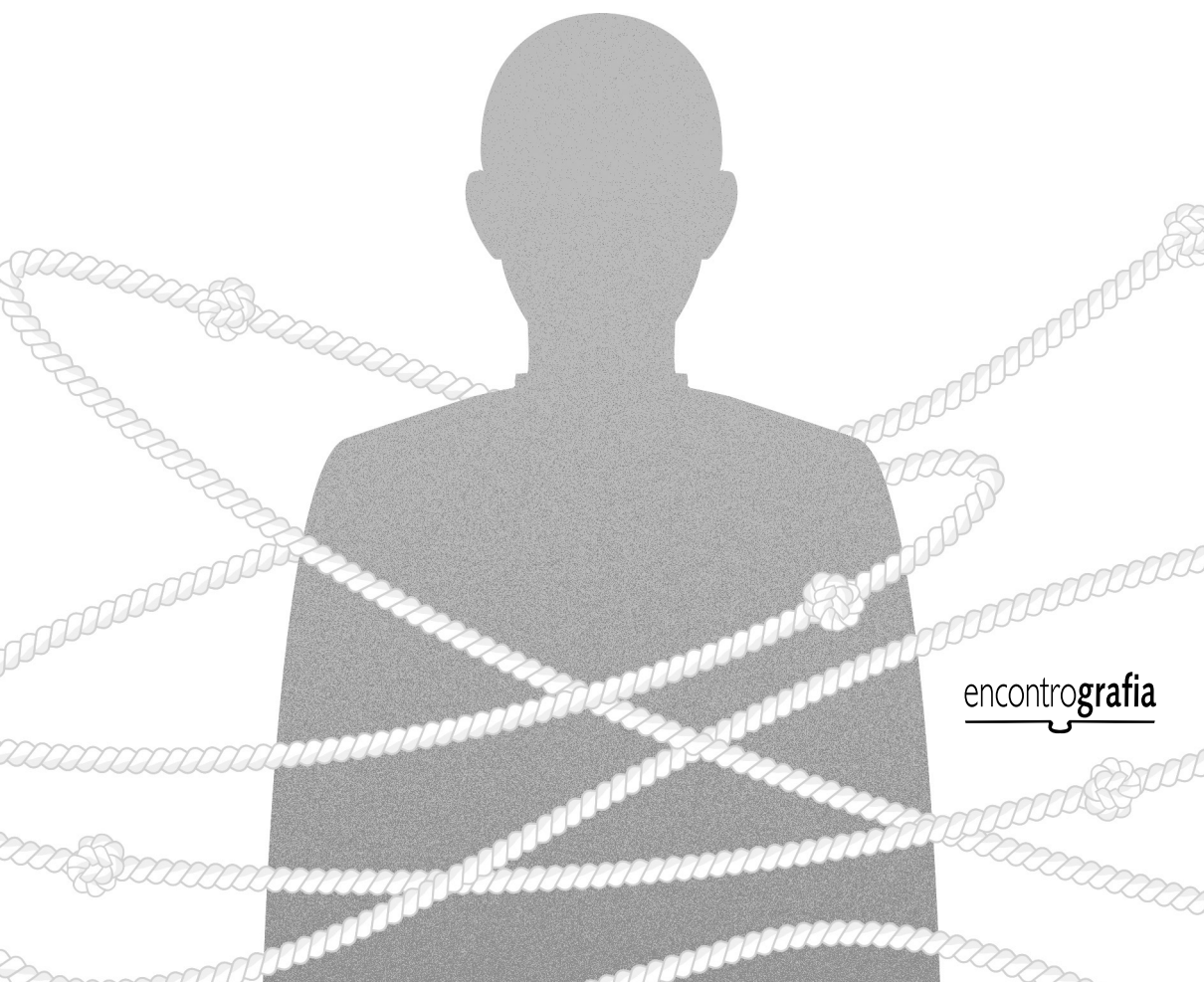
encontrografia

Douglas Christian Ferrari de Melo

DESFAZENDO

OS NÓS: inquietações e pessoas com deficiência

Volume II



encontrografia

Copyright © 2025 Encontrografia Editora.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem a expressa autorização da editora.

EDITOR CIENTÍFICO

Décio Nascimento Guimarães

EDITORA ADJUNTA

Carolina Gonçalves Caldas

COORDENADORIA TÉCNICA

Gisele Pessin

Fernanda Luísa de Miranda Cardoso

DESIGN

Diagramação: Carolina Caldas

Design de capa: Carolina Caldas

REVISÃO

Leticia Barreto (Supervisora)

Paula Vigneron (Estagiária)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Melo, Douglas Christian Ferrari de
Desfazendo os nós : inquietações e pessoas
com deficiência : volume II / Douglas Christian
Ferrari de Melo. -- Campos dos Goytacazes, RJ :
Encontrografia Editora, 2025.

ISBN 978-65-5456-123-5

1. Bem-estar social 2. Inclusão social
3. Pessoas com deficiência 4. Pessoas com
deficiência - Acessibilidade 5. Pessoas com
deficiência - Condições sociais 6. Pessoas com
deficiência - Direitos - Brasil I. Título.

25-276684

CDD-362.4045

Índices para catálogo sistemático:

1. Pessoas com deficiência : Inclusão : Bem-estar
social 362.4045

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

DOI: 10.52695/978-65-5456-123-5

encontrografia

ENCONTROGRAFIA EDITORA COMUNICAÇÃO E ACESSIBILIDADE LTDA

Av. Alberto Torres, 371 - Sala 1101, Centro

Campos dos Goytacazes, RJ, 28035-581 | Tel: (22) 2030-7746

www.encontrografia.com | editora@encontrografia.com

Comitê científico/editorial

Prof. Dr. Antonio Hernández Fernández – UNIVERSIDAD DE JAÉN (ESPANHA)
Prof. Dr. Carlos Henrique Medeiros de Souza – UENF (BRASIL)
Prof. Dr. Casimiro M. Marques Balsa – UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA (PORTUGAL)
Prof. Dr. Cássius Guimarães Chai – MPMA (BRASIL)
Prof. Dr. Daniel González – UNIVERSIDAD DE GRANADA (ESPANHA)
Prof. Dr. Douglas Christian Ferrari de Melo – UFES (BRASIL)
Prof. Dr. Eduardo Shimoda – UCAM (BRASIL)
Prof.^a Dr.^a Emilene Coco dos Santos – IFES (BRASIL)
Prof.^a Dr.^a Fabiana Alvarenga Rangel – UFES (BRASIL)
Prof. Dr. Fabrício Moraes de Almeida – UNIR (BRASIL)
Prof.^a Dr.^a Fernanda Luísa de Miranda Cardoso – UFF (BRASIL)
Prof. Dr. Francisco Antonio Pereira Fialho – UFSC (BRASIL)
Prof. Dr. Francisco Elias Simão Merçon – FAFIA (BRASIL)
Prof. Dr. Iêdo de Oliveira Paes – UFRPE (BRASIL)
Prof. Dr. Javier Vergara Núñez – UNIVERSIDAD DE PLAYA ANCHA (CHILE)
Prof. Dr. José Antonio Torres González – UNIVERSIDAD DE JAÉN (ESPANHA)
Prof. Dr. José Pereira da Silva – UERJ (BRASIL)
Prof.^a Dr.^a Magda Bahia Schlee – UERJ (BRASIL)
Prof.^a Dr.^a Margareth Vetis Zaganelli – UFES (BRASIL)
Prof.^a Dr.^a Martha Vergara Fregoso – UNIVERSIDAD DE GUADALAJARA (MÉXICO)
Prof.^a Dr.^a Patricia Teles Alvaro – IFRJ (BRASIL)
Prof.^a Dr.^a Rita de Cássia Barbosa Paiva Magalhães – UFRN (BRASIL)
Prof. Dr. Rogério Drago – UFES (BRASIL)
Prof.^a Dr.^a Shirlena Campos de Souza Amaral – UENF (BRASIL)
Prof. Dr. Wilson Madeira Filho – UFF (BRASIL)

Este livro passou por avaliação e aprovação às cegas de dois ou mais pareceristas *ad hoc*.

Sumário

Inquietações entre nós.	11
Décio Nascimento Guimarães	
Último dia do ano	13
Dia Internacional da Pessoa com Deficiência (03/12/2022).	15
As águas que lavam e levam as dores do mundo	16
Domingo, dia 08/01/2023	17
Querem roubar nossa alegria	19
Por uma pessoa com deficiência na Diretoria de Educação Especial do MEC	21
A deficiência como uma filosofia de vida	23
Precisamos mudar a matriz pedagógica da educação brasileira	25
Uma universidade humanizadora e com inclusão social.	28
O direito a ter direitos	31
Não é dar a voz! Elas existem e precisam ser ouvidas!	33
O laudo e a visão clínica sobre a educação das pessoas com deficiência	36

Os conceitos, as pessoas com deficiência e a Educação Especial	38
As políticas públicas como a terceira etapa de luta para materialização dos direitos	41
Escola anticapacitista	44
Pode a pessoa com deficiência falar?	46
Quando a vítima é transformada em réu	48
Aceitar o outro como legítimo outro	50
Professorize-se	52
Ser humano consigo	53
Capacitismo também mata, mas aos poucos	55
Ainda escola especial?	57
O que é ensinado a uma pessoa com deficiência sobre deficiência?	59
Pesquisadores com deficiência	61
De que mar viemos?	63
Vontades frustradas	65
As pessoas com deficiência precisam contar a sua história ...	67
Euforia e ilusão	69
Arredio (ou você é ríspido)	70

Turismo acessível	72
Capacitismo recreativo	74
Por onde andei, deixei marcas	76



Inquietações entre nós

Aqui estamos nós a prefaciarmos mais uma obra do amigo Douglas Christian Ferrari de Melo. *Desfazendo os nós: inquietações e pessoas com deficiência* é o segundo volume de uma coletânea de crônicas que refletem lutas, resistências, encontros e desencontros. Como o próprio subtítulo nos propõe, leitoras e leitores irão se deliciar com uma inquietante e prazerosa leitura, além de reflexões carregadas de transgressões e rupturas.

Para nós, pessoas com deficiência, desfazer os nós é um exercício permanente, que nos aproxima da utópica, mas possível, liberdade. Acrescento, ainda, que desfazer os nós é tornar a vida em sociedade mais possível, sem adaptações e puxadinhos, em que barreiras são removidas e não são mais erguidas. Reitero que desfazer os nós não é um objetivo inalcançável, mas, sim, um dever coletivo de lutar.

Temos em mãos uma provocativa e inquietante coletânea de crônicas, por meio da qual o autor nos convida a subverter a lógica capacitista e a romper com padrões hegemônicos. Como alerta, deixo aqui um ousado e modesto conselho: ao ler a presente obra, leia com moderação, mas releia sempre para que as inquietações sejam suficientemente capazes de intensificar nossas lutas coletivas, sem que o excesso de lutas torne nossas vidas insuportáveis.

Encorajo as leitoras e os leitores a experienciarem uma leitura dialógica e, a partir desta, a fortalecerem a potente luta anticapacitista, que é coletiva e transformadora. Desejo a todas as pessoas

uma inquietante e emancipatória leitura, reforçando o convite para desfazermos os nós.

Abraço fraterno!

Prof. Dr. Décio Nascimento Guimarães

Pessoa com deficiência (cego)

Doutor e mestre em Cognição e Linguagem (UENF) e professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFFluminense)



Último dia do ano

Pela primeira vez, tive a oportunidade de participar da corrida da São Silvestre. Experiência única que recomendo a todas e a todos que que-rem e podem participar. Importante dizer que ter deficiência não é sinô-nimo de que, automática e obrigatoriamente, tenho que correr entre as pessoas com deficiência. O bom é correr na galera, na bagunça.

Normalmente, as pessoas com deficiência largam na frente, minutos antes, e perdem essa movimentação da muvuca. Haverá um dia em que estaremos todas e todos juntos. Por que temos a Paralímpiada separada da Olimpíada? Querendo estar @juntos. Questão de convivência, sociali-zação e respeito.

Enquanto corria, acompanhado pelo meu irmão com uma corda, pude viver uma felicidade, mas também acompanhar a felicidade de uma pes-soa cadeirante sendo conduzida em público, abrindo espaço com muita tranquilidade. É sobre isso: queremos respeito para ser felizes. Deixar-mos de ser a “etc.” da diversidade. Fica a mensagem para o governo que se inicia.

A minha felicidade também é uma felicidade do esperar; de voltar, ao menos, a sorrir. Felicidade de terminar bem um ano tão difícil, indivi-dual e coletivamente. Recarregar as baterias para o ano de 2023, que pro-mete muito. Sou muito agradecido, muito, pela vida (para quem esteve tão perto da morte).

Nesse ano, foram lesões, depressões, lutas e glórias. Foram duas cor-ridas longas pela primeira vez. Ano que vem, é me preparar para a meia-maratona. O que seria de mim sem o outro?

Um posfácio: Ainda chegando à vitória, tive a oportunidade de co-nhecer uma cabine de avião e receber uma miniaula do piloto. Momento

incrível e mágico. Nem nos meus melhores sonhos, podia prever esse último dia do ano. O meu último dia da minha vida. É sobre felicidade e respeito. É isso: é sobre nós.



Dia Internacional da Pessoa com Deficiência (03/12/2022)

Um dia refletir e manter a luta para existirmos e sairmos da invisibilidade.

Porque esse governo imundo traz uma falsa acessibilidade, retira direitos, diz que nós atrapalhamos ou que há difícil convivência.

Nós não atrapalhamos. Quem atrapalha é uma sociedade capacitista, a falta de acessibilidade e atitudes discriminatórias; em situações de crise como aquelas em que estamos vulneráveis. A luta dói e dói ainda mais nessas situações.

Precisamos subverter a Educação Especial clínica, as predestinações traçadas; subverter a filantropia e a superproteção; subverter aqueles que nos usam para interesses próprios; subverter os nossos próprios medos. Por isso, mais do que nunca, “nada sobre nós sem nós”.



As águas que lavam e levam as dores do mundo

A música que ajudou a me salvar da morte. De uma tentativa de suicídio. Para mim, a melhor música de 2022. Não é a primeira vez que meu amigo-irmão me salva. Já tinha feito, de modo direito, em uma segunda oportunidade, quando aparece em minha casa, sem avisar (coincidências não existem), e interrompe a segunda tentativa de suicídio.

Dessa vez, a música “As dores do mundo” me ajudou no momento pós-traumático. É uma dor que vivo sozinho, mas que, dessa vez, foi acompanhada dessa música, que só conheci em Vitória, durante o show de lançamento do mais recente álbum, *Antenas Ancestrais*.

Outra música já tinha mexido comigo (sobre a qual também já escrevi uma crônica e segue nesta coletânea): “O mar de onde eu vim”. Mas a música “As dores do mundo” me arrebatou. Ela me salvou e fez diminuir a dor. Ouvi várias e várias vezes. Ela lavou e levou as minhas dores, me fez levantar cabeça, me fez sorrir. O que seria de nós sem a arte? A arte nos salva. Eu posso afirmar isso. Eu vivi isso. Eu só tenho a agradecer a Gustavo, meu amigo, e ao Macacko, grande artista, por, mais uma vez, ajudarem a me manter “são, salvo e forte” (Belchior).



Domingo, dia 08/01/2023

O que o Brasil assistiu, nesse dia que dá nome a esta crônica, não tem precedentes na história do nosso país. Os que não aceitaram o resultado das eleições levaram milhares a Brasília e outros tantos planejaram e financiaram esses atos terroristas. Não tem outro nome senão este: terroristas. O que são terroristas? São aqueles que querem impor sua vontade por meio do terror, do medo, da violência e do caos. No dia seguinte, enquanto fazia minha atividade física de corrida, ouvi uma conversa em uma oficina mecânica de carros. Estavam achando errado chamar aquelas pessoas de terroristas, porque terroristas são aqueles que soltam bombas ou que se explodem com elas, como, por exemplo, no Oriente Médio. Esses também o são, mas aqueles que estavam em Brasília também devem ser chamados assim, porque, tal qual como os primeiros, agiram com terror contra a sociedade brasileira e os poderes constituídos.

Devemos utilizar esse termo para aquelas pessoas que cometeram tais atos, visto que assim devem ser tratadas e julgadas. Sem anistia, sem a política de apaziguamento. A história do Brasil é vivida de golpe atrás de golpe, anistias atrás de anistias. E, assim, chegamos ao domingo, dia 08/01/2023. Mais uma tentativa de golpe, o que é muito comum também na nossa história latino-americana. Dessa vez, não podemos aceitar tal artifício sob o risco de ele se manter e voltar mais forte daqui a alguns anos. A memória e a história são implacáveis.

Não podemos igualar o inigualável. Os encarcerados nas prisões, em sua maioria negros, pobres, jovens e aguardando julgamento, vivem situações que não se comparam à situação vivenciada por presos responsáveis pelos atos terroristas. Prisão não é uma “colônia de férias”. Alguns parlamentares que visitaram os presos chegaram a afirmar que os terroristas estavam em um “campo de concentração”. Será que eles

conhecem ou estudaram sobre o nazismo, Auschwitz e os campos de concentração? Lá não tinha comida, celular. Novamente, a história e memória se tornam nossa bússola para reprimir tais comparações. Se são novos aqueles que comparam, é porque o ensino de história falhou. Se são antigos, tal comparação é feita por cinismo e hipocrisia.

Espero, como professor de História e formador de futuros professores da área, que, daqui para frente, deem mais atenção à história e à memória desse país. Direitos humanos sim, mas terroristas têm que ser tratados como terroristas. Sem anistia!! Democracia para sempre!! Aprofundar a democracia!!



Querem roubar nossa alegria

Querem roubar/sequestrar nossa alegria roubando nossa existência e nossa subjetividade. É por isso que, na construção da hegemonia (inclusive, é o primeiro passo e elemento decisivo para se exercer a dominação), busca-se a captura da “subjetividade do antagonista”, ou seja, quando os dominados compartilham um horizonte subjetivo alheio ao seu e/ou são impedidos de construir o seu próprio saber (Dias, 2012).

Exerce-se hegemonia sobre as classes antagônicas bem como sobre os aliados. Hegemonia se conquista quando um grupo consegue o consenso de outros grupos para suas propostas, por meio do compartilhamento de valores e concepções que vão, progressivamente, tornando-se comuns. Coutinho (2011) dá o nome de intersubjetividade para esse fenômeno, quando se torna “[...] objetivo precisamente aquilo que é universalmente subjetivo” (Coutinho, 2011, p. 162), porém sempre ancorado nas condições materiais necessárias para essa conversão.

Na luta pela nova hegemonia, é preciso escapar dessa captura, atuando para provocar uma crise de direção e construir uma subjetividade política com possibilidade de desenvolvimento das faculdades individuais e coletivas, bem como a socialização do poder. Por isso, é importante que eu fale, e não as minhas cicatrizes. É ouvir e não dar a voz, porque voz nós já temos. Queremos ser ouvidos e protagonistas da nossa própria história. As posses das ministras Anielle Franco, do Ministério da Igualdade Racial, e Sônia Guajajara, do Ministério dos Povos Indígenas, são uma parte da resposta a essa captura da “subjetividade do antagonista”. O povo mostrando sua cara, assim, como a cerimônia de entrega da faixa ao presidente Lula, feito por um grupo simbolizando um povo. E quem entregou foi uma mulher preta.

O que temos a fazer, de agora em diante, é ir às ruas em todos os momentos em que formos convocados para defender a nossa possibilidade de sonhar, de ter utopia, de poder ter a nossa alegria. Para defendermos as nossas lutas, nossas vitórias, nossa democracia. Vamos em frente, em direção à construção da “vontade coletiva nacional-popular” (Gramsci).



Por uma pessoa com deficiência na Diretoria de Educação Especial do MEC¹

O governo Lula está começando, e, com ele, as esperanças se renovam. Algo marcante nesse início é a nomeação de pessoas vinculadas às respectivas causas e que têm o lugar de fala da vivência, tal qual Anielle Franco à frente do Ministério da Igualdade Racial, Sônia Guajajara na pasta dos Povos Indígenas, Sílvio de Almeida no Ministério dos Direitos Humanos e Anna Paula Feminella na Secretaria Nacional da Pessoa com Deficiência. O lema “Nada sobre nós sem nós” se tornando realidade. Essas pessoas têm voz e estão ocupando os espaços de decisões.

Nesse sentido, precisamos defender que uma pessoa com deficiência também ocupe a Diretoria de Educação Especial em Perspectiva Inclusiva do Ministério da Educação. Historicamente, as pessoas com deficiência estiveram à margem das decisões sobre sua educação.

As associações científicas estão começando a dar passos nesse sentido. Por exemplo, a ANPEd, entendendo esse novo momento, elegeu uma pessoa com deficiência visual à frente do GT15 – Educação Especial: o professor do IFF, Décio Guimarães. Uma conquista depois de 30 anos de GT e 40 de associação.

Diante do exposto, eu, como pesquisador e professor que possui uma deficiência visual, venho defender a manutenção das indicações de quem tem vivências à frente das respectivas pastas, pois somente o excluído sente a dor da exclusão. A presença de tal perfil, inclusive, abre es-

1. Em maio de 2023, no início da gestão do presidente Lula, o professor Décio Guimarães assumiu o cargo da Diretoria de Políticas Públicas da Educação Especial (Dipepi/Secadi/Mec).

paço para iniciar e/ou continuar o processo de reflexão e ação em torno da ciência, das universidades e institutos federais com acessibilidade e ações afirmativas, em parceria com a Capes, o CNPq e a SESu/MEC. As pessoas com deficiência estão chegando aos cursos de pós-graduação, formando-se mestres e doutores e se tornando professores.

Precisamos de uma pessoa que junte formação acadêmica, experiência na gestão pública, reconhecimento dos pares com deficiência e da área de conhecimento, diálogo com as lideranças políticas e os movimentos sociais e que seja uma pessoa com deficiência. Alguém que possa contribuir para um salto de qualidade na educação do público da Educação Especial. Ou seja, capaz de discutir o direito à educação na intersectorialidade com as outras áreas, transversalidade das políticas públicas e interseccionalidade do ser humano integral

Para finalizar, volto ao início: “Nada sobre nós sem nós”. Conclamo ao ministro Camilo Santana, à secretária executiva, Izolda Cela, e à secretária da Secadi, Zara Tripodi, a tal reflexão, seguindo o caminho apontado pelo presidente Lula nesse início de gestão.



A deficiência como uma filosofia de vida

Certa vez, escrevi um texto sobre as dimensões da deficiência (Melo, 2023). Elenquei cinco possíveis: ser, ter, tornar-se, estar e aceitar. Resumidamente, a dimensão do *ser* destaca que a pessoa possui uma limitação orgânica (deficiência primária). A dimensão do *ter* reflete a consciência ou não que a pessoa tem de sua deficiência.

A terceira dimensão é o *tornar-se*, que tem a sua especificidade, pois se caracteriza por alguém que se tornou uma pessoa com deficiência ao longo da vida, portanto não congênita (nascença). A quarta dimensão constitui o *estar*, qual seja: a deficiência que vem a se constituir em interação com a sociedade (deficiência secundária). Por fim, o *aceitar*, isto é, a pessoa é e tem, mas pode aceitá-la ou não como um atributo, uma força, uma condição; como uma filosofia.

Das cinco dimensões, quatro são expressamente produzidas por um contexto sócio-histórico determinado. São elas: o ter, o estar, o tornar-se e o aceitar. Mas mesmo a dimensão do *ser* não se vive nem é possível compreendê-la isoladamente, uma vez que mantém íntima relação de complemento com as outras. Em outras palavras: é construída em sociedade, na formação como gênero humano, tendo um caráter menos individual ou familiar e mais coletivo.

A composição dessas dimensões não é estática nem linear, mas dinâmica e em processo de interconexão e mediação. Arrisco dizer, dessa forma, que a primeira (*ser*) é pré-condição para as outras e que o *estar* independe do *ter* e do *aceitar*. Por sua vez, o *ter* independe do *aceitar* e do *estar*, mas essas duas dimensões ajudam no processo de tomada de consciência. Já o *aceitar* depende, de alguma forma (não diretamente), do *ter* e do *estar*.

Quanto à deficiência como filosofia, estou pensando-a como uma concepção/modo de vida e de mundo, entendendo filosofia tal qual afirma Gramsci (2004), pois, “[...] pela própria concepção do mundo, pertencemos sempre a um determinado grupo, precisamente o de todos os elementos sociais que compartilham um mesmo modo de pensar e de agir” (Gramsci, 2004, p. 94). Dessa forma, com base no filósofo sardo, a filosofia é uma concepção do mundo na qual estão incluídos valores, crenças, ideologias, sentimentos, conhecimentos e ações. Uma determinada concepção do mundo que conduz a formas de agir no mundo. Uma forma de ver a vida, com consequências teóricas e práticas (*práxis*).

Nesse sentido, Diniz (2007) defende que “a afirmação da deficiência como um estilo de vida não é resultado exclusivo do progresso médico. É uma afirmação ética que desafia nossos padrões de normal e patológico” (Diniz, 2007, p. 5). Nesse modelo, não existem limitações, mas impedimentos, uma vez que a deficiência é vista na perspectiva relacional. Portanto, a deficiência não é um fardo, uma desgraça, um karma, um defeito, mas uma forma de viver no mundo como outra qualquer.



Precisamos mudar a matriz pedagógica da educação brasileira

O Brasil vem assistindo, nos últimos anos, a algo até então pouco visto: adolescentes e jovens invadindo suas escolas ou ex-escolas para atacar e matar professores, servidores e alunos. Quando jovens seguram cartazes nos quais estão escritos “Revogar o novo Ensino Médio também é combater o fascismo”, tem tudo a ver com isso.

O Brasil vem, na última década, nazificando-se, ou seja, promovendo atos de ódio e violência, e, de um modo geral, com a maioria achando normal ou fazendo vista grossa. A questão é: onde pode estar o início do problema? Desde os PCNs, o país vem adotando uma pedagogia que prioriza as competências e habilidades. Um tecnicismo que esquece a função primeira da escola: formação humana por meio do processo de ensino-aprendizagem.

Essa pedagogia, na fase da globalização neoliberal, foi descrita por Saviani (2008), no livro *Aberturas para História da Educação*, como um momento de prevalência do discurso do fracasso da escola pública, da primazia da iniciativa privada regida pelas leis do mercado e descentramento e desconstrução das ideias anteriores. Nessa fase, vivenciamos nada de novo, mas uma reconfiguração do que já vivemos anteriormente: uma mescla de outras teorias que vai desembocar na pedagogia das habilidades e competências. Essa pedagogia se consagra na reforma do “novo” Ensino Médio, na Base Nacional Comum Curricular e na Base Nacional Comum de Formação de Professores.

Nessa fase, misturamos o neoprodutivismo (capacidade individual para conseguir a empregabilidade), o neoescolanovismo (atualização exigida pela necessidade de ampliar a esfera da empregabilidade), o

neoconstrutivismo (“pedagogia das competências”: competências cognitivas – adaptação ao meio natural e material e comportamentos flexíveis) e o neotecnicismo (“pedagogia corporativa”: empresas como agências educativas)

Isso está alinhado com a presença cada vez mais forte dos “reformadores empresariais da educação”, capitaneado pela ONG “Todos pela Educação”. Pergunta-se: por que e a quem interessa manter a pedagogia das competências e habilidades? O que é competência? Que habilidade? Está evidente o projeto de nação que esse grupo defende, ou seja, formar a mão de obra que eles querem para o mercado de trabalho que eles querem. Não tem um projeto de nação e uma preocupação com a vinculação do direito à educação com outros direitos.

Esse caminho apontado para a educação no Brasil está vinculado a uma forma global de olhar a educação com base na implantação das avaliações externas, seguidas de processos de responsabilização e centralidade da categoria da avaliação, fortalecendo seu controle ideológico sobre toda a estrutura educacional. Em resumo: a mercantilização da educação pública.

Todo esse conjunto de políticas educacionais que o professor Luiz Carlos Freitas denominou de “Efeito Sobral” – por causa da cidade onde tudo começou – está promovendo o individualismo, o tecnicismo e nazificação da sociedade. A história já mostrou, da pior forma possível, aonde isso pode chegar. Explicitamente, estou dizendo do nazismo e do fascismo.

Quando você busca a padronização preconizada pela BNCC, que estabelece o conjunto de conhecimentos e habilidades que cada estudante brasileiro deve aprender nas diferentes etapas da Educação Básica, esses reformadores da educação e seus aliados no governo e na sociedade civil apontam para que o mínimo vire o máximo, pois o básico se define mais em função do que exclui do que daquilo que ele, de fato, contém, promovendo uma sonegação histórica do conhecimento às camadas populares. Provoca, de modo imediato, uma “camisa de força”, pois vincula

os direitos de aprendizagem de cada aluno, a formação dos professores, os recursos didáticos e as avaliações externas a tal ideologia.

A discussão deveria ser outra. Deveríamos nos perguntar: que educação queremos? Que projeto de nação queremos? Que futuro queremos? Essas perguntas nos levam a um alerta gravíssimo: se não mudarmos a matriz pedagógica, vamos continuar nazificando a sociedade.

Na contramão do que estamos assistindo desde a década de 2010, poderíamos apostar na transformação social que leve em conta a mobilização da escola para a construção de alternativas sociais; a volta às diretrizes pedagógicas, construídas durante os governos de Lula e Dilma, que incluam uma matriz formativa não restrita ao cognitivo, mas às dimensões do conhecimento, da diversidade da cultura; e, por fim, o relacionamento baseado na confiança profissional mediada por mecanismos de controle da comunidade escolar e do entorno.

Trazendo o pensamento filosófico sobre a educação de Gramsci, o objetivo é trabalhar a escola como um centro cultural da sua comunidade e uma matriz formativa que valorize a formação humana. Dessa forma, a médio e longo prazos, combateremos a nazificação da sociedade. A curto prazo, o intuito é revogar a reforma do “novo” Ensino Médio, a Base Nacional Comum Curricular e a Base Nacional Comum de Formação de Professores.



Uma universidade humanizadora e com inclusão social

Entrei na universidade em 1998 e, como pessoa com deficiência, sempre vivi a alegria do estudo, do acesso ao conhecimento, da formação, mas, ao mesmo tempo, os sofrimentos, as crueldades, as dificuldades impostas pelo meio social a partir das barreiras e a falta de acessibilidade plena, especialmente a atitudinal. Quando cheguei à graduação, ouvi de professores: “O que você está fazendo aqui?”. Quando expressei, certa vez, que queria ser professor universitário, ouvi novamente aquilo que não deveria ser dito: “Você nunca vai chegar a ser professor universitário”.

Praticamente, todas as alunas e todos os alunos já ouviram, em algum momento de sua trajetória acadêmica e por diferentes motivos, palavras ou frases que indicam que aquele espaço não é para você. Cotidianamente, as crueldades e sofrimentos vivenciados se transformam em adoecimentos, transtornos psíquicos e, infelizmente, suicídios. Precisamos falar do submundo do mundo acadêmico-científico.

Mas, assim como é importante denunciar, é igualmente necessário anunciar, tal qual nos diz Paulo Freire. E este é o espírito desta crônica, refletir sobre o futuro no seguinte problema central: qual é a universidade que queremos? Em consequência deste, vêm outros questionamentos: como nos vemos? Como queremos ser vistos pela sociedade? Qual é o papel/a atuação da universidade dentro da realidade capixaba e brasileira? Como promover o sentimento de pertencimento na comunidade universitária? Como fazer da Ufes um patrimônio capixaba para todas e todos, especialmente para os grupos subalternos?

São tantas questões que, aqui, somente é possível dar o pontapé inicial. Nesse sentido, parto dos aspectos que podem ser considerados

para responder à questão central: humanização e inclusão social. No primeiro ponto, penso que a universidade precisa se humanizar. Deixar de tratar aqueles que nela habitam como número de matrículas e tratar como pessoas, que têm sofrimentos, tristezas, trabalham, têm família e precisam de apoio; enfim, pessoas que têm vida além do lattes.

Quando falo de humanização, estou trazendo-a em três sentidos: 1) no sentido marxista (que adoto) de formação do ser humano, do ser social, da universidade como um espaço de me reconhecer como humano; 2) no do humanismo cristão, que vê na educação um espaço de formação humanística, de princípios, valores, cidadania; 3) e, por fim, no do humanismo renascentista, do homem como centro e não os processos de avaliação, punição, reprovação tão característicos da universidade. O vetor da humanização envolve também a ética do cuidado com o outro, o carisma, a generosidade, a gratidão e a reciprocidade.

No segundo ponto, está a inclusão social. Precisamos pensar nessa expressão tanto do ponto de vista interno quanto externo. Na questão interna, é ouvir a voz daqueles que constroem a universidade: alunos, professores e técnicos administrativos. É entender quais apoios cada aluna e aluno, cada professora e professor, cada técnica e técnico precisam. Fazer um trabalho de escuta sensível para, de fato, incluir aqueles que mais precisam, garantindo não só o acesso, como também a permanência. Realizar um orçamento participativo seria um bom início.

Outra sugestão seria desenvolver um processo de desburocratização, pois a comunidade acadêmica gasta um longo tempo, talvez mais de 50%, com leitura de resoluções, tramitação de processos e acesso a portais e sistemas. Com isso, diminui bastante o tempo para fazer o que realmente a universidade, como um espaço educacional, é local: espaço de ensino-aprendizagem e formação humana.

Na questão externa, é colocar a universidade à disposição para resolver os problemas enfrentados pela sociedade, um trabalho que poderia ser feito com os egressos de todos os cursos de forma remunerada, tal qual a residência médica. Dessa forma, a universidade faria sentido para o pedreiro, o coletor de lixo, o morador de rua, o líder comunitário, para as

comunidades periféricas. A universidade agregaria valor a si e à comunidade à qual ela pertence.

No limiar da segunda década do século XXI, precisamos de uma universidade que congregue formação acadêmica, experiência na gestão pública, reconhecimento dos pares da área de conhecimento, diálogo com as lideranças políticas e os movimentos sociais e que seja humana e trabalhe para a inclusão social interna e externa. Uma universidade que dê um salto de qualidade na educação e no bem comum, ou seja, capaz de discutir o direito à educação na intersectorialidade com as outras áreas, transversalidade das políticas públicas e interseccionalidade do ser humano integral.



O direito a ter direitos

No momento que voltamos a falar em defesa dos direitos humanos depois que o governo brasileiro viveu a condenação em praça pública (redes sociais) daqueles que os defendem, uma confusão premeditada do seu entendimento, além de violações da dignidade da pessoa humana em um contexto brasileiro, precisamos falar do direito a ter direitos.

Ao problematizar essa questão, trago a premissa de Flores (2011), que rebate qualquer tese que relaciona os direitos com a neutralidade, a abstração, o formalismo, ou seja, qualquer tese que conceba os direitos desvinculados/autonomizados das práticas sociais (movimento sociais, por exemplo), com o objetivo de ocultar as relações sociais e os interesses hegemônicos.

Portanto, os direitos são condicionados, social e historicamente, por uma ordem de relações sociais, o que indica que eles se “criam e re-criam” (ou podem) no processo de luta contra as desigualdades sociais e na abertura de espaços para luta pela dignidade humana por parte dos marginalizados (Flores, 2011). A unidade dos direitos humanos está na luta política (Herrera, 2011).

Como diz Flores (2011), todos somos produtores de garantias de nossas lutas, no sentido de não perder os resultados delas, mesmo que provisórios. A luta vem de um sentido humano, que é a capacidade de se rebelar, de reagir ao naturalismo e a possibilidade de realizar resistências, recuperando em cada ser sua ação política e seu protagonismo histórico. Essa capacidade de indignação frente à intolerância, ao preconceito e à exploração nos conduz ao encontro com o outro ser humano, diferente de mim, especialmente quando os direitos humanos e

sociais desse outro diferente são desrespeitados, como os casos dos indígenas yanomamis, por exemplo.

Os direitos não são entidades abstratas, uma vez que são, por um lado, mobilização das classes populares, dos partidos de esquerda, dos socialistas e comunistas (direitos sociais como conquista) e, por outro, uma ação integradora dessas classes ao estado capitalista em sua contradição, exigindo a ampliação do repertório de direitos.

Assim, os direitos são produtos de uma determinada ordem de relações de forças sociais, políticas e militares, além de serem uma “[...] afirmação da luta do ser humano por ver contemplados seus desejos e necessidades em contextos vitais em que está situado” (tradução livre) (Flores, 2011, p. 15). Isso quer dizer, no atual contexto, a plena realização da democracia na fase “democracia para sempre”. E o desenvolvimento integral e universal dos direitos se contrapõe às políticas assistencialistas, focalizadas (Simões, 2013) e até discriminatórias.

Essa frase “democracia para sempre” deve vir acompanhada de outra: “O direito a ter direitos”. A primeira só se realizará, em sua plenitude, se acompanhada da segunda. Não existe democracia sem o estabelecimento de direitos. Um direito leva a outro. Por exemplo, os alunos que entram na universidade, no curso de graduação, pelas políticas de reserva de vagas vão querer fazer mestrado e doutorado, seguir a verticalização de sua trajetória acadêmica. Mas, para tanto, é preciso que as universidades estabeleçam também reservas de vagas em seus cursos de pós-graduação. Por isso, #democraciaparasempre e #odireitoaterdireitos.



Não é dar a voz! Elas existem e precisam ser ouvidas!

Considerando o momento histórico vivido pela Educação Especial, sobretudo no Brasil atual, precisamos pensar dois aspectos: 1) discutir os desafios da escolarização dos alunos com deficiência na escola comum, porém reafirmando o direito à educação dessas crianças na sala de aula comum; 2) ouvir as vozes da pessoa com deficiência que vive a dor e a doçura de estar na escola. Por meio dessas vozes, ouvimos histórias de preconceitos, discriminações e estigmatizações.

Além das dificuldades inerentes à própria limitação orgânica, as pessoas com deficiência também ficam restritas/prejudicadas quanto às possibilidades de exposição, de serem cidadãs plenas, de viverem experiências variadas em função de uma deficiência secundária, que podemos chamar de *deficiência social*, pois essa restrição só ocorre pelo fato de que os espaços públicos ou de uso coletivo, por exemplo, não oferecem acessibilidade pedagógica, expondo essas pessoas a restrições de acesso ao conhecimento.

Por exemplo, as aulas de educação física. Qual é o lugar do aluno com deficiência nas aulas de educação física? Muitas crianças com deficiência são alijadas das práticas esportivas nas escolas pelo simples fato de que acham (sem nenhuma comprovação) que elas vão se machucar. Afinal, quem nunca se machucou na escola, no recreio ou nas aulas de educação física?

A deficiência, por si só, não traz maior ou menor risco. Por que, então, a superproteção das famílias, professores e médicos tem dominado as ações da educação física? A aprendizagem se faz na escola, também na educação física, uma vez que esta tem uma importância ativa na vida

dos nossos jovens com deficiência, na construção de uma cultura geral e humanizadora e na formação do homem integral. O conhecimento do corpo é fundamental para esse desenvolvimento.

Tendo esse exemplo como referência, fica exposto o seguinte “problema”: o direito de aprender das pessoas com deficiência dentro do direito à educação. Para tanto, parto de alguns pressupostos: “Todo ser é educável”; “Escolarização é na escola comum”; e “100% dos recursos públicos para escola pública”.

O primeiro se refere à questão de que todas as crianças devem ser educadas, independentemente de sua condição, utilizando, para isso, os “caminhos indiretos”. Esse pressuposto vem de encontro ao que observamos na sociedade, que hierarquiza, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior, as pessoas em função da capacidade ou incapacidade materializadas em discriminação e preconceito, capacitismo, temas que nós, pessoas com deficiência, vivenciamos no dia a dia, a exemplo dos apelidos, da infantilização, agressões verbais e físicas. São corpos desviantes do que estava “planejado” para estar ali. A sociedade estabelece padrões como atributos de normalidade, e os sujeitos que não se enquadram nesses padrões, em muitos casos, são erroneamente descritos como monstruosos ou com demônios.

O segundo diz que toda a criança ou jovem com deficiência deve estar matriculado na escola comum e recebendo apoio pedagógico. A sala de aula comum é o lugar privilegiado que a sociedade escolheu para que todas as pessoas aprendam, inclusive as com deficiência. Então, por que haver distinção de local de atendimento? Esse segundo tem a ver com o terceiro pressuposto, pois só teremos garantido o direito à educação para esse público se tivermos recursos financeiros que contemplem as suas necessidades, o que, por vezes, não é barato. Não é terceirizando a Educação Especial e deixando as escolas públicas à míngua que o processo de inclusão escolar vai avançar. Para entrar nessa nova fase da aprendizagem, vai se exigir do poder público um investimento massivo na Educação Especial, ainda mais do que foi realizado para garantir o acesso.

Quando falo do direito de aprender, estou referindo-me claramente ao acesso ao currículo oficial, ou seja, à “[...] organização do conjunto das atividades nucleares distribuídas no espaço e tempo escolares” (Saviani, 2011, p. 17). Em poucas palavras: socialização ao conhecimento sistematizado historicamente produzido. A escola precisa trabalhar para que o aluno chegue à supercompensação (Vigotski, 1997). Ou seja, trabalhar a autoaceitação e autoimagem positivas, a autonomia e independência. Isso quer dizer também, por outro lado, que a escola não deve deixar esses alunos à margem, em um verdadeiro “abandono pedagógico”. São possibilidades para que essas crianças não vivenciem uma crise no processo de inclusão e processos de escolarização precarizados.

Necessitamos mudar as estruturas para que esses alunos realmente aprendam, sejam empoderados, tenham autoria, construam as suas identidades. Precisamos vencer a fase das estigmatizações, preconceitos e discriminações com a falta de autonomia, independência e baixas expectativas, incertezas e angústias. Empoderem-se! Parem de roubar nossa subjetividade!

Um caminho é trabalhar a Educação Especial como política pública desde a Educação Infantil. Esse caminho ajudará o aluno em sua trajetória a acessar, permanecer e sair com sucesso do processo escolar como um ser humano e profissional habilitado para exercer uma profissão e ter reconhecimento/visibilidade social. É pensar que teremos médicos, psicólogos, professores, engenheiros, assistentes sociais, físicos, biólogos com deficiência sendo formados e atuando no mundo do trabalho. É uma ação que envolve uma mudança de cultura; uma ação atitudinal por partes das famílias, das escolas/professores, instituições de defesa dos direitos e das próprias pessoas com deficiência.



O laudo e a visão clínica sobre a educação das pessoas com deficiência

Há algum tempo, dentro do movimento das pessoas com deficiência, vivemos o debate sobre a avaliação biopsicossocial da deficiência. Nesse sentido, precisamos problematizar a questão do laudo, especialmente em um momento em que tentamos ultrapassar a visão clínica e médica sobre a pessoa com deficiência e sua educação, na qual o laudo vale mais do que a palavra, do que o conhecimento pedagógico.

A utilização do laudo clínico pelas redes, sistemas de ensino, escolas e professores é quase absoluta e sem questionamentos. A sociedade dá mais valor ao conhecimento clínico do que ao pedagógico e, assim, a escola compra essa ideia, rebaixando o próprio saber que circula em seu ambiente.

Há dois pontos de vista. De um lado, infelizmente, no Brasil, o laudo vem sendo utilizado como “um não fazer” em relação à escolarização da pessoa com deficiência, mobilizando a pedagogia do não. Por meio dele, a escola argumenta que não pode fazer. “Sempre desconfiei que ele tinha alguma coisa”, e, nesse caso, o laudo tem servido para retirar o direito de aprender das pessoas com deficiência como apontado por Melo e Mafezoni (2019).

De outro lado, o laudo clínico poderia ser utilizado como um instrumento a partir do momento em que organizássemos ou reorganizássemos nossas práticas pedagógicas. O laudo é uma peça importante para a pedagogia do sim, com outros discursos: “Sim, pode-se realizar determinada atividade”; “Sim, é possível aprender”. E esse é um ponto crucial. Vale dizer que a nota técnica n. 4 de 2014 não exige o laudo clínico para fins de ma-

trícula ou Atendimento Educacional Especializado (AEE). Se assim fosse, cercearíamos o direito à educação desse estudante na matrícula.

É necessário ouvir a voz das pessoas com deficiência, ou seja, o que elas têm a dizer para além do laudo. Daí eu pergunto: qual é o lugar do laudo em nossa prática pedagógica como professores que atuam na Educação Especial? O laudo deveria ser um instrumento por meio do qual pudéssemos trazer a identidade da pessoa, trazer o conhecimento histórico sobre ela, mas também associar esse laudo ao conhecimento historicamente produzido pela humanidade. Poderíamos pensar em um “laudo” complementar produzido pela criança, pelo adolescente e jovem, pela família. Além disso, o laudo médico deveria ser acompanhado de mais informações, o que eu chamaria de um “laudo pedagógico”, pois determinados laudos são ilegíveis pela escola.

Não basta trazer os números do Código Internacional de Doenças (CID) e informações médicas. É preciso problematizar como o laudo interfere no processo de escolarização, mas, para isso, precisaríamos que ele fosse construído por uma equipe multidisciplinar, ou seja, pela medicina, assistência social, psicologia e pedagogia, pensando por meio de conceitos de interseccionalidade, intersetorialidade e transdisciplinaridade.

Esse novo olhar traria para a Educação Especial o ponto de vista pedagógico sobre a pessoa com deficiência. Parece contraditório ou paradoxal, mas precisamos romper com as amarras do viés clínico sobre o Atendimento Educacional Especializado da pessoa com deficiência. O clínico é importante, mas ele não deve ser determinante; deve ser um saber complementar. O fundamental, no trato da educação, é o conhecimento pedagógico produzido nas universidades nos cursos de pedagogia e licenciaturas.

Se não problematizarmos a utilização dos laudos nas escolas, continuaremos tratando a Educação Especial como uma adaptação pelos caminhos da adaptação razoável, currículo flexível, fazendo uma ortopedia, uma fisioterapia social. Precisamos pensar no laudo como uma ferramenta de luta anticapacitista que atravessa a escola e a educação das pessoas com deficiência.



Os conceitos, as pessoas com deficiência e a Educação Especial

Nesta crônica, quero problematizar os termos utilizados para se referir às pessoas com deficiência e à Educação Especial. Como alerta, Mazzotta (2011) nos diz sobre a significação das palavras e expressões em Educação Especial, tendo em vista que “[...] sua clara e precisa definição e operacionalização implicam clareza e precisão no entendimento da educação escolar” (Mazzotta, 2011, p. 136). A precisão, a clareza e a coerência contribuem para existência mais duradoura de uma determinada política pública.

Entendo que o uso de conceitos e termos está restrito a um determinado momento histórico que se conjuga com as referências sociais, culturais e econômicas de uma sociedade. O uso de um conceito também traz a visão de mundo de quem o utiliza; visão de mundo que tem relação com a fundamentação teórica (ontológico, gnosiológico e epistemológico).

Segundo observação de Prieto (2010), para classificar — e incluir também a formação de conceitos —, é preciso ser suficientemente abrangente, não ser pejorativo e contribuir para a compreensão da realidade. Por esses motivos, especialmente o último, é necessário correr o risco de conceituar. Além disso, os conceitos ajudam a definir políticas públicas.

Assim, recorro novamente a Mazzotta (2011), especialmente sobre a visão dinâmica em detrimento da visão estática na relação entre Educação Especial e pessoas com deficiência empreendida nesse livro. Para o autor, a visão estática consagra a relação direta entre Educação Especial e pessoas com deficiência, de tal forma que, ao aluno com deficiência, será oferecida necessariamente a Educação Especial e ao aluno sem deficiência, o ensino comum. Nas palavras do próprio Mazzotta (2011):

“Nesse sentido, supõe que todas as pessoas nessas condições reque-rem a educação especial” (Mazzotta, 2011, p. 128). Existe nessa forma de enxergar, e é fortemente presente na legislação brasileira e nas políticas implementadas, uma vinculação direta e necessária, quase obrigatória. Nessa visão, entende-se que a deficiência é inerente ao indivíduo, intrín-seca a ele.

A visão dinâmica, por sua vez, conserva as noções de tempo, mu-dança e flutuação, pois entendo, assim como Mazzotta (2011), que a Educação Especial deve ser oferecida apenas àquelas pessoas com deficiência que necessitam de recursos pedagógicos, bem como me-todologias educacionais específicas. Isso quer dizer que nem todas as pessoas, por terem algum tipo de deficiência ou estarem entre o grupo de pessoas definido legalmente como público para o atendimento, se-rão atendidas pela Educação Especial em um determinado momento histórico e social. Nessa visão, próximo ao que é preconizado atual-mente, como, por exemplo, na convenção da ONU sobre os direitos das pessoas com deficiência, a deficiência se concretiza na relação com as barreiras postas pela sociedade.

Diante da exposição, prefiro utilizar o termo da “educação para os direitos humanos” e “público da educação das pessoas com deficiên-cia” para designar aqueles alunos com deficiência, transtornos do espec-tro autista e altas habilidades/superdotação, tal qual definido, em 2008, pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Mas, diferente desse documento, não utilizarei o termo “pú-blico-alvo” por entender que nem todos aqueles que estão nesse grupo necessitam de atendimento educacional específico.

Por seu turno, a partir de 2008, a Educação Especial no Brasil assume uma nova configuração quando o MEC apresenta a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, com o intuito de constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualida-de para todos os alunos.

Mas, nesse documento, segundo Prieto (2010), a Educação Especial ora é compreendida como “modalidade de ensino”, ora como “recursos e

serviços”, ora, ainda, como “área de conhecimento”, sendo, então, difícil compreender o seu significado. Pessoalmente, estou de acordo com Almiralian (2009). Ao pensar a inclusão, concebe-a como:

“[...] uma postura de verdadeira e real aceitação das diferenças, sejam elas quais forem. [...] Uma organização social em que todos são considerados iguais. [...] Independente das diferenças existentes, todos devem ser considerados cidadãos com os mesmos direitos e os mesmos deveres” (Almiralian, 2009, p. 22).

No entanto, historicamente, ainda não chegamos lá. Basta ver, por exemplo, as situações de discriminação que ocorrem ainda hoje no ambiente escolar. É um processo de “vir a ser”, uma perspectiva marcada por constantes avanços e retrocessos. Ela pode ser o resultado de ações espontâneas, impostas, concedidas ou provocadas. Procuro problematizar o uso de conceitos a partir do mesmo entendimento de Magalhães e Cardoso (2011), ou seja, como uma “prática social historicamente produzida” (Magalhães; Cardoso, 2011, p. 15), mas, por isso mesmo, também apostando em um futuro que poderá chegar.

A formulação de conceitos contribui para a formação de um “caldo cultural” proativo. Mantendo o foco na Educação Especial, posso citar, por exemplo, a mudança do termo “integração” para “inclusão” e de “excepcionais” para “necessidades educativas especiais”, chegando, atualmente, à “pessoa com deficiência” e “alunos público-alvo da Educação Especial”. Alguém cunhou esses conceitos, inspirados no respectivo momento histórico, até ganhar notória relevância.



As políticas públicas como a terceira etapa de luta para materialização dos direitos

Neste momento em que vivemos um novo governo no Brasil (Lula 2023-2026), após um período de retrocessos nos direitos sociais anteriormente conquistados, deve-se compreender que a afirmação de uma demanda social como direito, sua presença na legislação e a implementação de políticas públicas são etapas de um processo marcado por disputas, que não se conquista sem lutas. Assim, as políticas públicas representam a terceira etapa dessa luta pela materialização de um direito, precedida pela primeira etapa, que é a afirmação enquanto um direito social, e pela segunda etapa, ou seja, a consubstanciação em leis.

Como se observa, a assunção de direitos sociais, em particular o direito à educação, é a primeira etapa da luta; isto é, em primeiro lugar, eles precisaram ser reconhecidos pelo ente público por meio de um processo recheado de lutas, conflitos, pressões e contrações, como um importante instrumento para a existência dos indivíduos em sociedade. A realização dos direitos sociais exigiu e ainda exige uma mobilização da sociedade. Não podemos cair na mesma armadilha dos governos petistas anteriores de “baixar a guarda” em relação à mobilização social.

Com relação à educação, por exemplo, podemos observar que esse direito é relativamente consolidado. Percebe-se, no meio social, a sua naturalização, ou seja, como se ele sempre tivesse existido, desde o princípio. Para desnaturalizar, recorro à história educacional brasileira para observar, como fez Faria Filho (2000), a afirmação lenta e gradual da presença do Estado na educação, uma vez que, no século XIX, o papel e o lugar do Estado eram pequenos e pulverizados, além da colocação, também lenta e gradual, da escola como um lugar social de destaque na

formação geracional. Vieira (2001) também afirma que, historicamente, os direitos nascem na sociedade, entre os trabalhadores, os miseráveis, os despossuídos.

É importante perceber que tanto a afirmação do direito quanto sua proclamação em lei e a implementação de políticas públicas se definem no campo de disputa, que exige, cotidianamente, uma disposição — dado que a participação ativa é complexa e trabalhosa — para o debate em fóruns, conferências, audiências públicas, somando-se ao poder de negociação e à luta política dos movimentos sociais e instituições acadêmicas. É preciso dar visibilidade à lei e ao direito para que se ultrapasse o “preto no branco”.

A promulgação da lei não é reta de chegada, fazendo parecer que está tudo resolvido, mas apenas meio, o que envolve ainda organização e mobilização da população para que a lei se torne e se mantenha viva. As políticas públicas são as ferramentas para consecução de um direito.

No caso das políticas públicas, faz-se necessário às classes subalternas inserirem-se efetivamente nos espaços de construção das políticas públicas, ou seja, é preciso ainda dar materialidade às conquistas na forma de execução (momento 1) e manutenção (momento 2) de políticas públicas associadas às leis. Dito de outra forma: o fato de o direito estar registrado em lei não funda a luta, pois agora é necessária a sua execução. Em poucas palavras: a luta precede e procede a lei.

Em consonância com o referencial teórico gramsciano, os direitos sociais surgem a partir das lutas sociais (estado ampliado em Gramsci) para serem expressos na lei (estado restrito em Gramsci) e posteriormente efetivados por meio das políticas públicas de intervenção estatal (estado restrito) nas relações sociais e na sociedade civil (estado ampliado). Em toda a teoria gramsciana, está presente a visão de integralidade, seja do trabalho intelectual com o trabalho manual, seja entre a estrutura e a superestrutura, seja, por fim, entre a liberdade e a necessidade.

Gramsci parte da crítica às dualidades e dicotomias. Por exemplo, defendia que a educação deveria ser a mesma para todos, não como acontecia e ainda acontece: uma educação para os pobres com ênfase

no treinamento técnico e uma educação para os ricos de caráter científico e humanístico (Nosella, 2004). Em Gramsci, o ato pedagógico e o ato político-partidário estão intrinsecamente ligados. Não dá para estabelecer o que é pensamento político e o que é pensamento pedagógico. Pelo ato político, também se promove educação.

A partir dessa visão gramsciana, especialmente da reciprocidade dialética, quero demonstrar que existe uma relação, uma “costura”, entre o micro e o macro, o geral e o específico. Em outras palavras: uma relação de interinfluências entre as políticas educacionais instituídas nos âmbitos municipal, estadual e federal, entre a base legal e a prática. Entendo, conforme Hall (2003), que não há espaços para dicotomias, binarismos ou dualidades.



Escola anticapacitista

Chegamos a uma esquina do processo de educação das pessoas com deficiência e demais públicos da Educação Especial. Ao longo do século passado, avançamos muito, mas não o necessário ou o que precisava. Desde 1988, nós estamos na escola, ou seja, estamos matriculados. Muito importante foram a política de Educação Especial na perspectiva inclusiva e a Lei Brasileira de Inclusão, além das lutas cotidianas dessas pessoas, das famílias e de quem mais se junta a nós.

Apesar do avanço, minhas leituras, minhas vivências e o contato com as redes de ensino vêm mostrando que, na maioria das vezes, estamos apenas por estar. Isto é, realizamos apenas uma escolarização passiva, na qual as pessoas com deficiência vivem o papel de apenas espectadores. Em outro texto (Melo, 2019), falo da expressão “café com leite”.

Neste pequeno texto, quero pensar no passo adiante. Estou, com isso, dizendo que a pessoa com deficiência precisa de uma escolarização ativa. Em outras palavras: uma escola/educação anticapacitista, pois não é só de matrícula que se faz uma educação/escola inclusiva. Belchior já escrevia: “Fique você com a mente positiva que eu quero a voz ativa, ela é que é uma boa”.

Nesse sentido, a pessoa com deficiência fala. Então, o primeiro movimento para uma educação anticapacitista é ouvir as pessoas, todas, com e sem deficiência. Nunca me foi me perguntado como eu gostaria de ensinar em toda a minha trajetória escolar e acadêmica.

O segundo movimento na compreensão é que, como caminho de chegada, uma Educação Especial na perspectiva inclusiva tem que ser autôfaga/subversiva. Para tanto, temos que parar com a visão que segue o modelo da adaptação para outro olhar: o da acessibilidade com partici-

pação. Assim, vamos construindo pessoas e professores mais autônomos. Com isso, a própria expressão “Educação Especial” vai se alterando e se transformando.

É preciso estarmos atentas e atentos para não fazermos da educação dessas pessoas um ato de prisão, mas, sim, de libertação. Daí vem o terceiro movimento. Devemos marchar na inclusão, e não em direção à inclusão, para não correremos o risco de realização de uma inclusão subordinada, que exclui para incluir e inclui para excluir.

Quando estou falando de escola/educação anticapacitista, estou me referindo ao direito à educação de pessoas com deficiência e à democratização do ensino no Brasil. O primeiro enquanto um dos fundamentos do segundo. Enquanto não houver uma educação anticapacitista para todas as pessoas, não haverá uma democratização completa do ensino no Brasil. No ouvir das palavras de Caetano Veloso, que, um dia, escreveu “porque és o avesso do avesso do avesso do avesso”, é preciso pensar no avesso da Educação Especial.



Pode a pessoa com deficiência falar?

Parafraseio, nesse título, minha grande inspiração teórica e prática, o filósofo italiano Antonio Gramsci. Em um dos seus cadernos escritos na prisão fascista, mais precisamente o de número 25, ele trata da história dos subalternos. E ele pergunta: “Pode o subalterno falar?”.

Com essa pergunta, ele apontava para o fato de que os subalternos estão “às margens da história”, pois não participam da integralidade ou da unidade orgânica do Estado. Ao contrário, o grupo dominante no poder os submete. A segunda questão parte dessa primeira, ou seja, por não fazer parte do Estado, a história dos subalternos é desagregada, e sua “política” é desorganizada. Os grupos dominantes agem para construir a sua hegemonia e destruir a construção da hegemonia dos subalternos.

Com esse entendimento, escrevo o título deste texto: Pode a pessoa com deficiência falar? Pode parecer estranha essa pergunta, mas poucas pessoas com deficiência falam por si, especialmente porque são silenciadas com a desculpa de que não conseguem se comunicar. Não seria melhor dizer: nós não estamos conseguindo entender o que ele quer dizer? Porque, sim, todas as pessoas com deficiência falam.

As pessoas com deficiência têm vozes. São pessoas ativas, têm desejos, vontades. Existem dois filmes documentários que têm que agregar um pouco da nossa história. Estou recorrendo a “História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil” e “*Crip Camp*”, que traz esse movimento, porém nos Estados Unidos.

A nossa história é desagregada. Estamos à margem da história e não estamos no Estado. Mas nem por isso nós, assim como todos os grupos subalternos, não falamos. Melhor!! Gritamos por nossos direitos, nossas

pequenas vitórias. A força hegemônica não quer a pessoa com deficiência, pois incomoda, não “produz” como deveria, logo não é “capaz” aos olhos do sistema.

Desse modo, não custa lembrar que a luta pelos direitos das pessoas com deficiência, entre eles à educação, apenas continua, pois ela é constante, ininterrupta e conflituosa. Vem com, não porque convém, mas porque contém.



Quando a vítima é transformada em réu

Quando uma pessoa com deficiência ou pessoas que fazem parte de outros grupos subalternos, como mulheres e negros, por exemplo, sofrem violências, é muito comum quem está a sua volta, as redes sociais e os veículos de comunicação culpabilizarem as vítimas.

A pessoa sofre uma violência, e, a ela, é imputada a culpa. Não bastasse a primeira dor, ainda tem que passar por uma segunda, tão cruel quanto a primeira, especialmente quando vem daqueles mais próximos a você, sobretudo enquanto se esperava deles um processo de defesa. Então, a vítima deixa a condição de vítima para, já fragilizada, tornar-se ré.

Em ambientes institucionais, é muito comum esses grupos sofrerem racismo, machismo, capacitismo, homofobia. Vamos a exemplos. Uma mulher, quando vítima de estupro, como se não bastasse essa violência por si só, sofre questionamentos quanto à roupa que estava vestindo, ao horário em que estava na rua, ao local em que estava passando. Dessa forma, transforma-se a mulher em culpada.

Processo semelhante ocorre em relação às pessoas com deficiência quando, por exemplo, a falta de acessibilidade está casada com o capacitismo: uma pessoa com deficiência está em seu trabalho, mas não lhe são dadas condições ideais, porque não há acessibilidade. Já a primeira violência. Ele também não pode reclamar, pois, sobre ele, cairão questionamentos se realmente não é acessível, porque fulano faz e você não faz; foi você que quis entrar aqui; se reclamar, perde o emprego ou mancha a instituição. Dessas afirmações, resulta a segunda violência.

Junto a essa culpabilização, aparece um sentimento de autoculpa. Eu sou culpado pelo que aconteceu. Nesse ponto, tocamos na saúde men-

tal de quem sempre está sofrendo violência. Não se conquista sem luta, mas é muito importante a sociedade ter outro olhar, especialmente os mais próximos. Quem sofre violência cotidianamente também deve ser amparado por uma rede de apoio. Só força e autocuidado não bastam.



Aceitar o outro como legítimo outro

É muito comum utilizar-se a expressão “se colocar no lugar do outro”. Tal situação, considero impossível. Não tem como alguém estar/sentir/viver pelo outro. O que podemos fazer é exercitar a alteridade e a empatia. É aceitar o outro como ele é. Não é respeitar, muito menos tolerar.

No entanto, também não é o simples aceitar, mas aceitar o outro como legítimo outro. É se perguntar se estou aberto para o outro diferente de mim; qualquer diferença, porque todos somos diferentes, sendo esta uma característica do gênero humano.

Esse tipo de aceitar proposto aqui envolve ouvir a dor do outro, uma vez que estamos mais acostumados a supor a dor do outro, mas não a ouvir. Quantas dores são silenciadas ou sequer se sabe que existem? Mas elas existem, e quem sofre, muitas vezes, precisa de um ouvido, de uma conversa, de um ombro para chorar, de ser entendido.

Muitas pessoas com deficiência não conseguem expressar suas dores e não podem falar sobre elas. É um mito, um tabu. Certa vez, um colega me disse que pedir ajuda (e o contexto era sobre dores) não é o problema, mas a ajuda vem no modo, na forma e no tempo que a pessoa supõe que você precisa.

Com esse caso, posso afirmar que existe um apagamento das pessoas com deficiência e de suas cuidadoras. A figura do cuidador é muito importante para nós. A partir da convenção da ONU, é pensar na autonomia com apoios quando precisar. Tem o cuidador escolar, o cuidador doméstico e a mãe, na maioria dos casos.

Muitas vezes solo por terem sido abandonadas pelos maridos, essas mães não têm tempo para atividades básicas, como ir ao supermercado, autocuidado ou mesmo necessidades fisiológicas. A convite delas, faço

parte do coletivo “Mães Eficientes Somos Nós” e lá aprendo ouvindo o que elas passam, buscando vê-las como legítimo outro. Assim, também, vou me formando.

Outro exemplo é quando se enquadra a pessoa cega no mundo vidente. É muito comum ver a educação de pessoas cegas pautadas no mundo do vidente, o que Belarmino chama de mundo visiocêntrico. A partir dela, na educação, chamo de mediação visiocêntrica. Se pensarmos no ato criador, por que abrir o olho do cego quando o vidente, algumas vezes, fecha o olho para criar? Mais uma vez, falta aceitar o outro como legítimo outro. Por isso, deixo o convite: vamos ouvir o outro e entender o outro como ele é.

PS: Enquanto escrevia esta crônica, fiquei sabendo, pelas redes sociais e veículos de comunicação, que uma mãe matou seu filho autista e depois se matou.



Professorize-se

No mundo em que estamos vivendo, em que tudo é para ontem, não se exercita a paciência e o egoísmo prevalece, fico pensando na profissão de professor. Ou melhor: o que precisa hoje para ser professor?

De imediato, vem-me à cabeça a paciência, o diálogo e a disponibilidade para compartilhar o conhecimento, questões avessas ao que hoje são as práticas sociais. Por isso, neste texto, faço o convite a todas e todos, principalmente às professoras e aos professores: professorize-se.

Estamos precisamos ter mais paciência, dialogar mais e ser menos egoístas. O professor que entende que ser professor é uma opção política é aquele que está sempre disposto a tirar dúvidas, a repetir a explicação, a receber as mais diversas contribuições dos alunos; em resumo, a ter paciência.

Sua forma de trabalhar não é monológica (na qual apenas o professor quer falar), mas, sim, dialógica. O professor precisa ouvir os seus alunos e, com eles, construir uma relação horizontal e dialógica. Tudo o que o aluno diz tem importância. Por vezes, precisa ouvir mais do que falar, especialmente no contexto de pressão e violência social em que estamos vivendo.

Por fim, ele tem que colocar seu conhecimento à disposição, com humildade, compartilhando saberes. O que estudou e o que vive, completando com o saber dos alunos. Quando agimos assim, estamos combatendo o egoísmo tão imperativo hoje, no qual o que vale é o velho ditado: “Farinha pouca, meu pirão primeiro”. Compartilhar conhecimento é um antídoto a essa forma de viver.

Com base nesses princípios que acredito que o professor deva ter, conclamo: professorize-se. E o mundo pode ser um pouco melhor, pois vejo no professorize-se uma condição transformadora social e individual.



Ser humano consigo

Será que somos humanos conosco? Ou entregamo-nos às pressões do dia a dia, do trabalho, da família e às nossas próprias pressões? Quantas vezes o nosso limite físico já foi extrapolado, mas vamos ao máximo em nosso limite psíquico? Quantas vezes já estamos cansados, exaustos, mas ainda continuamos trabalhando?

Estamos cada vez mais sugados pela máquina capitalista e seu *modus operandi* de sobrevivência, ou seja, colocar as pessoas para trabalhar ao extremo. Isso gera a depressão, o estresse, o cansaço. Paremos para pensar: devemos viver para trabalhar ou trabalhar para viver?

Mas vamos nos adaptando a levar ao extremo o nosso limite psíquico, pois o que importa é o tempo. Da forma como caminha a humanidade, estamos cada vez mais com o tempo contado, com o tempo instantâneo e volátil. “Não posso perder tempo, que tempo é dinheiro”. Será?

Mas será que temos tempo para nós mesmos? Será que temos tempo para o nosso autocuidado e autoconhecimento? Um tempo para dar um *stop*? Se não pararmos, se não diminuirmos a velocidade em nossas vidas, o corpo vai parar. E para com uma enfermidade, a saúde mental enfraquecida e os remédios. Mas será que precisamos disso mesmo? Faço mais uma pergunta: você está sendo humano consigo?

Ser humano pressupõe olhar para dentro de si, porque eu só consigo fazer o bem se eu estiver bem, se eu estiver com saúde e puder fazer boas escolhas. Ser humano é olhar para dentro de si e ver as dificuldades e potencialidades e, com isso, poder traçar os caminhos. Ser humano é olhar com mais carinho, com mais afeto para si, buscando os próprios limites. Não estou dizendo só dos limites psíquicos, mas principalmente

dos limites físicos, muito negligenciados por nós. Aliás, esses deveriam ser os nossos limites.

O corpo nos impõe limites, e é só com os limites que aprendemos. É só olhando os limites que teremos, de fato, uma verdadeira liberdade. Portanto, precisamos ser humanos conosco. Essa reflexão nasce da minha própria vivência ao longo de alguns anos, nos quais não respeitei a minha própria condição de pessoa com deficiência visual, dentre outros limites corporais, e ultrapassei-os. Essa condição vivida me trouxe dificuldades, com algumas doenças adquiridas, como as cardiológicas, por exemplo.

O corpo para; e, só depois que o corpo parou, eu comecei a olhar mais para dentro de mim, a buscar meu autocuidado e autoconhecimento, a entender os limites do corpo. Por isso, é muito importante que você ouça o seu corpo.



Capacitismo também mata, mas aos poucos

O termo capacitismo está um pouco mais difundido depois de sua tradução cultural para o português. Foram *lives*, textos, livros e capítulos de livros, teses e dissertações, mas ainda falta chegar ao senso comum. O capacitismo ocorre contra uma pessoa com deficiência por discriminação e preconceitos, questionando sua capacidade ou supervalorizando-a. Há impactos na sua vida escolar, acadêmica, laboral, emocional e social. Em alguns casos, também incide sobre as pessoas sem deficiência.

Parece que não, mas o capacitismo também mata; só que mata aos poucos. É sabido o quanto o racismo, a homofobia e a misoginia matam. Matam muitos e muitas, matam em um único evento. É um tiro, uma facada; são chutes e pontapés. Mas e o capacitismo? Penso que uma das explicações para ele ser pouco abordado, além de o termo ser novo para uma questão antiga, é a falta de relação com a violência contra a vida.

Mas, se pensarmos bem, o capacitismo mata. Mata, por exemplo, quando 67% das pessoas com deficiência concluem o Ensino Médio e apenas 36% estão no mercado formal, segundo dados do PNAD contínuo; quando a maioria dessa população é pobre: aproximadamente 85%, segundo o censo de 2000 (não temos dados recentes). Não são apenas dados. São vidas mortas.

Em função das inúmeras barreiras enfrentadas, seu processo de envelhecimento, muitas vezes, é precoce, se somado às consequências e complicações ao longo da vida da deficiência orgânica. Aqueles que vão à luta e mostram o corpo como ato político ainda se deparam com os desgastes da luta política. Lugar de pessoas com deficiência não é no meio de todos, pensam alguns.

Ainda está muito presente, no senso comum, a visão de que pessoas com deficiência devem ser tratadas em instituições especializadas, separadas do restante. Por nós, pessoas com deficiência, a sociedade se sensibiliza para ter pena, compaixão e caridade. Isso posto, vejo, em minha própria trajetória, que o capacitismo mata e mata aos poucos.

OBS.: Disso não estão fora muitas mães solo, que cuidam dos seus filhos, são repelidas socialmente e sem tempo para si. Em três anos, somente no estado do Espírito Santo, conheci duas mães que suicidaram e uma que chegou a tentar.



Ainda escola especial?

É inadmissível, que em pleno 2025, pessoas com deficiência estejam segregadas quando deveriam, para assegurar qualquer direito, ser cidadãos e ter acesso aos serviços públicos. No caso do direito à educação, é um agravante, pois é um direito que leva a outros direitos; é a realização da pessoa como ser social.

É com a aprendizagem em coletivo e sob mediação que nós nos desenvolvemos. Quaisquer pessoas, inclusive a pessoa com deficiência. No Brasil, existem várias leis, da Constituição de 1988 até a Lei Brasileira de Inclusão, passando pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Por isso, trago o primeiro imperativo categórico. A pior escola comum ainda é melhor do que a escola especial ideal para pessoas com deficiência, com todos os problemas de se garantir a permanência após o acesso. Como resultado do primeiro, vem o segundo. Se a escola especial é boa, por que só é necessária para alguns (pessoas com deficiência)? Se fosse boa, deveria sê-lo para todos, pessoas com e sem deficiência.

Mas por que tal perspectiva ainda persiste (e insiste em roubar nossa subjetividade)? Porque, para assegurar esse senso comum, as instituições especializadas mantêm seus espaços como espaço hegemônico, com representantes no estado restrito (funcionários do Estado, burocratas, magistrados) e na sociedade civil, com seus intelectuais orgânicos, a fim de tornarem dominante a sua ideologia.

As instituições especializadas fazem parte do Estado, pois estão inseridas na sociedade civil em relação com a sociedade política. Por isso, fica mais fácil entender por que essas instituições “ganham” a centralidade da educação das pessoas com deficiência, principalmente quando

se observa o protagonismo das redes municipais de ensino nos últimos anos em relação às políticas de Educação Especial.

No caso do Espírito Santo, existe uma “terceira matrícula”. O aluno está na escola em uma matrícula. No turno inverso, ele volta ao espaço escolar, em uma escola próxima ou nas instituições especializadas que, na maioria das vezes, não realizam trabalho pedagógico. Esse segundo turno é a segunda matrícula.

No ES, independentemente de onde o aluno está matriculado, essas instituições recebem R\$ 618,81 *per capita* (para 2024) por aqueles que são atendidos por elas. Portanto, a meu ver, isso se configura na “terceira matrícula”, recurso que poderia ir para as escolas públicas melhorarem seu acompanhamento aos alunos com deficiência e outros públicos da Educação Especial. Mas, em que pesem todas as dificuldades e desafios, estudar na escolar comum é melhor.



O que é ensinado a uma pessoa com deficiência sobre deficiência?

O ano de 2023 me guardou uma grande surpresa. É comum que os meus alunos ajudem a montar o plano de curso das minhas disciplinas. Eles dão muitas sugestões de temáticas e autores. Entendo que, se a relação entre professor e aluno é dialógica, ele também tem que estudar aquilo que mais o interessa no momento. Ele também tem a responsabilidade de dividir comigo o que será ensinado. Eis que aparece um tema que nunca tinha estudado: a deseducação do negro, tema de mesmo título do livro de Carter Woodson.

Falando da realidade norte-americana — mas que muito nos fala sobre a brasileira —, ele questiona como o negro tem sido ensinado sobre si, porque, até agora, só foi ensinado a ser branco, inclusive os autores estudados, os autores não estudados, o que se ensina sobre a África, qual imagem de uma pessoa negra.

Ao ler o livro que a aluna me emprestou para eu ministrar a aula, pensei que isso acontece com outros grupos, especialmente, para este texto, com as pessoas com deficiência. O que é ensinado a uma pessoa com deficiência sobre a deficiência? Ao fazer essa pergunta, lembro-me da literatura que ensina as pessoas com deficiência ora como incapazes, obesas, monstruosas; ora como super-heróis, com poderes especiais e virtuosos. Na verdade, nós não somos nem uma coisa nem outra. Somos pessoas.

Só recentemente, os gibis e os filmes têm nos retratado como simplesmente pessoas. Cito os novos personagens cego e autista da Turma da Mônica e o filme *Eu Quero Voltar Sozinho*. Reparem que não citei livros didáticos nem paradidáticos. Eu não me lembro de nenhum desses livros

que retratem uma pessoa com deficiência. É simples: para grande parcela da sociedade, não existimos.

Mas queria ir além, fazendo alguns questionamentos: o silêncio diz alguma coisa? Qual a relação da formação de professores nas faculdades e universidades com a pessoa com deficiência? Qual a relação entre capitalismo, deficiência e escola? Há capacitismo sem escola? O que nós, pessoas com deficiência, aprendemos? São ensinadas sobre personalidades com deficiência ao longo da história, como o físico britânico Stephen Hawking (só para citar mais recente)?

De maneira simples, tento responder essas perguntas, acreditando na deficiência como um modo de vida, que vive a sua subjetividade na sociabilidade capitalista. Como ser ouvidos em uma sociedade exploratória, discriminatória, capacitista? Como trabalhar nosso orgulho nas escolas? Como subverter a normatização e normalização dos corpos?

Penso que a melhor estratégia é juntar e organizar as lutas dos grupos subalternos em grande frente, porque todas e todos sofrem exploração, discriminação e preconceito. A diferença é hierarquizada e colocada em níveis de desigualdade. Não adianta ser revolucionário em outras pautas, de outros grupos, e agir com assistencialismo, pena, esquecimento ou capacitismo na pauta das pessoas com deficiência.

PS: Dias depois de escrever este texto, recebo um livro paradidático em PDF, que está no PNLD desde 2020, com o seguinte título: *Não era o que você esperava*. É um livro com ilustrações, escrito por Fabien Toulmé originalmente em francês e traduzido para o português. Nele, o personagem principal, um pai, recebe, para ele, a triste notícia de que terá um filho com trissomia 21 (síndrome de down). Um livro extremamente capacitista, violento. A título de exemplo, o personagem afirma que ia “acabar com a minha vida”. Quando, enfim, encontro um livro, descubro que somos tratados como seres indesejáveis.



Pesquisadores com deficiência

Se a sociedade é capacitista, a escola também o será. Essa máxima também vale para o mundo acadêmico-científico. Não conheço nenhum pesquisador com deficiência que seja bolsista da CAPES ou CNPq. Isso é grave e demonstra como as barreiras agem sobre nós.

Um primeiro sinal é verificar quantos professores das universidades são pessoas com deficiência: chegamos a 0,44%, segundo censo do Ensino Superior de 2020. Em termos absolutos, essa porcentagem representa que, dos 400 mil docentes, apenas 1.731 são pessoas com deficiência. Mas o problema não é só chegar, ter acesso.

Em seguida, vem o problema das condições dignas de trabalho, que não existem. Não existe acessibilidade plena. Na prática, isso equivale a não ter acesso aos portais, não conseguir ler editais, não ter apoio de um servidor. As universidades não entendem a acessibilidade como uma questão estruturante. Essa afirmação vale para as fundações estaduais, a CAPES, o CNPq. Dessa forma, são poucos professores que conseguem ofertar uma disciplina com autonomia e ser um pesquisador financiado.

A questão é que, além de, muitas vezes, essas instituições não saberem, não somos ouvidos ou convidados a falar e melhorar a condição. No meu caso, somente depois que fui punido em edital de bolsa de iniciação científica é que, nesse ponto muito particular, colocaram-se à disposição e retiraram minha punição para o segundo ano.

Das duas vezes que tentei editais CNPq e Capes, fui bem avaliado no projeto e no currículo, mas não no quesito dos pareceres *ad hoc* e participação em associações científicas. Por isso, não consegui ser contemplado no edital. Mas vejam bem: as revistas dão condições para navegação nos sites, inclusive para avaliar? O mesmo acontece nas associações científicas.

cas. Portanto, enquanto não mudarem os critérios, não tento mais, dado o trabalho que é e você já saber de antemão o resultado negativo.

Ser cientista com deficiência no Brasil é uma tarefa hercúlea. Como todos os outros cientistas, passamos pelos mesmos problemas da falta de recursos, de estrutura, de reconhecimento, entre outras questões. A nós, ainda é acrescentada a falta de acessibilidade plena, o que leva a perder outros direitos ou condições em um ambiente por demais competitivo, e ninguém quer saber se você tem deficiência ou não. A ciência deve ir aonde o povo está, como diz o poeta, mas, no nosso caso, pelo menos até agora, ainda não chegou aos cientistas com deficiência.



De que mar viemos?

A música “Do mar de onde eu vim” me trouxe algumas experiências; alguns sentimentos foram mobilizados na minha trajetória. Basicamente em dois sentidos, em dois pontos: o primeiro é a referência que eu tenho do mar quando eu ouço, quando eu já ouvia, desde adolescente, “Beira-mar”, dividida em três partes, do Zé Ramalho. As três estão em discos separados. A parte um, que está em *Força Verde*, fala que, nem em 80 milhões de semanas, o homem conseguirá reproduzir o mar, então, o mar, para mim, é tudo que Zé Ramalho trouxe.

O outro ponto: eu sou filho de pescador, e o mar, para mim, tem uma significação muito importante. Primeiro, da divindade; da divindade enquanto Deus, lemanjá, lansã. É um local pelo qual eu tenho muito respeito. É um local em que eu não brinco. É um local em que eu penso o que é deus e respondo que é o mar! Na sua infinitude, na sua onipresença, na sua relação com a ligação da terra e os continentes; é o mar com o seu contato por meio da chuva, dos raios, dos trovões. Então, é o lado da divindade.

O segundo é o do “ganha pão” mesmo. Meu pai, como pescador, tirava dali o seu sustento, tanto nos momentos bons quanto nos ruins. Dois casos idênticos me comovem: quando ele não tinha dinheiro para pagar meus óculos, e, no dia anterior, pescava uma arraia, que é um peixe que pesa muito, tem muita carne e rende bastante, para vender, ganhar um bom dinheiro e, no dia seguinte, poder pagar. E isso tem a ver também com a divindade. Eu não acho que seja coincidência Deus colocar ali, naquele momento, a arraia para ele pescar e pagar os meus óculos.

Então, eu sempre tive proximidade com o mar, sempre ajudei o meu pai. Mas, ao mesmo tempo, é uma vida muito difícil, porque você não tem

certeza se vai e volta. Quantas vezes meu pai não chegava, e eu sentia apreensão? Quantas vezes ele perdeu material, o barco quebrou a vela, o motor? E as mãos calejadas. Você não tem certeza do “ganha pão”, do dinheiro que você vai ter. Pode ser que tenha num mês e, no outro, não; num dia, tem e, no outro, não. A minha vida era muito difícil, com a sobrevivência da minha família baseada em um “se vira nos 30”; em alguns momentos, diluição de leite, comprar mais barato, trocar peixe por carne. Então, é isso.

E o outro sentido é do mar como parte do nosso corpo. Se o mar é Deus e se nós também somos parte de Deus, então nós somos parte do mar. O mar faz parte da gente como se fosse um braço, uma perna, um espírito. Então, há, para mim, uma vinculação com o mar. Até hoje, ao entrar, eu tenho muito respeito e passo isso para a minha filha, porque é parte da gente, é corporeidade e é também espírito. E, nos momentos em que eu tenho mais dificuldade na vida — seja numa prova, seja por ter concluído uma prova, um serviço, para pedir ajuda —, é no mar que eu mergulho.

Da última vez que isso aconteceu, eu fui fazer uma cirurgia de implante de marca-passo, correndo risco de vida. Antes do procedimento, eu fui ao mar para me limpar, para também trazer esse abençoar divino para que a cirurgia desse certo. Para que o mar limpasse todo o meu espírito para a cirurgia e o corte que aconteceria no corpo e levar um pouco, porque, quando a gente vem do mar, sempre traz um pouco de água, que não sai tão cedo. Então, para levar, no dia seguinte, esse mar comigo.

É nessa trilogia, nesses saberes e nesses sentimentos mobilizados que essa música do Gustavo Macacko trouxe em mim o mar de onde eu vim. A partir daí, entendo do mar de onde eu vim: do mar da divindade, do mar da sobrevivência e do mar parte de mim, da corporeidade e do espírito.



Vontades frustradas

Em outro texto, de 2019, escrevi sobre o roubo ou sequestro das subjetividades que acontece com as pessoas com deficiência. É quando não temos a chance de ter vontades, desejos, opiniões por nós mesmos ou de forma autônoma. Neste texto, quero continuar o diálogo, tocando no ponto das vontades frustradas.

As vontades se dão quando fazemos planos, ora mais simples, ora mais ousados, mas quem nos ajudaria “fura” conosco. Dependíamos dos outros, mas o outro não aparece. Com isso, por falta de acessibilidade, de condições, de transporte, não conseguimos realizar nossas vontades. Sentimo-nos frustrados, desencantados, tristes mesmo.

Comigo, não foram raras as vezes em que tal situação aconteceu. Todo plano vem acompanhado de uma vontade, que gera em nós uma expectativa. A não realização ou a falta de perspectiva de realização leva à frustração. De frustração em frustração, aparece o desencantamento.

Há mais de 20 anos, luto pela acessibilidade em diversos espaços, mas especialmente nas universidades, e vejo que pouco avançou ou não avançou na velocidade que a vida necessitava. Desde tempos de aluno, hoje como professor, percebo que muitos estudantes não conseguem fazer o trabalho porque não tem um monitor para digitar ou que eu não consigo fazer a chamada e o portal do professor não é acessível; porque uma aluna cai em uma rampa que foi feita para ser “acessível”.

Mas, em outras situações, também acontece. Tem um show, e o carro não aparece; tem uma consulta, mas o ônibus acessível quebrou; uma reunião, mas não tem intérprete de Libras. Por isso, muitas pessoas com deficiência desistem, pois todo dia é uma luta. Com isso,

nossas vontades não são realizadas. É preciso que olhem para nós como seres humanos, porque, no mínimo, temos direito de existir.



As pessoas com deficiência precisam contar a sua história

Existe um provérbio africano, citado por Mia Couto, autor que está a contar a história do continente, que diz mais ou menos assim: “Enquanto os leões não contarem suas histórias, os caçadores serão os heróis”. Esse provérbio tem muito significado e se relaciona com outro texto deste livro: “Pode a pessoa com deficiência falar? Se o leitor voltar a esse texto, verificará que parafraseio Gramsci em um comentário dele sobre a história desagregada dos grupos subalternos. Não é que elas não existem; o fato é que elas não são contadas, muito menos escritas.

Quando lemos o provérbio africano, identificamos logo que precisamos/necessitamos contar a nossa história. As pessoas com deficiência têm história, mas ela precisa ser contada e escrita. Precisa ser contada por nós e/ou conosco. São raríssimas as vezes em que nós contamos o que fazemos. A minha preocupação, tal qual Gramsci, não é o homem — e neste a pessoa com deficiência — mas o que o homem pode ser e fazer; e, também no caso, o que a pessoa com deficiência pode ser e fazer.

Somos seres e história, ou seja, fazemos história, somos história; transformamo-nos, transformamos a natureza e transformamos os outros em sociedade. Quanta história já não foi contada sobre nós, mas onde estávamos? Invisíveis, com certeza. Ao pensar em contar a nossa história por nós, lembro-me da dissertação e da tese do querido amigo Mauricio Zeni, professor de história, cego e que vai contar, de um modo em geral, sobre os cegos e sua educação durante o século XIX. Dois trabalhos que merecem ser lidos, dada a importância, mas também por

outra narrativa que é construída. Não se faz uma história integral sobre nós sem nós.

Caso contrário, os caçadores continuarão sendo os heróis. Já tivemos vários caçadores como heróis e ainda continuamos a tê-los: aqueles que falam por nós sem nós. Precisamos romper essa forma de contar a nossa história. Por isso, é preciso pensar em vida com participação, política com participação, produzir com a participação. Seremos protagonista e contadores de nossa história.



Euforia e ilusão

Para quem faz parte dos grupos subalternos, é mais comum perder. Somos a maioria em pessoas, porém temos poucas forças agregadas. Ainda sofremos ataques dos grupos dominantes. Mas, mesmo assim, em terreno inimigo, rebelamo-nos, somos arredios, somos subversivos. E poucas vitórias emergem.

Mas, aqui, um alerta do filósofo Antonio Gramsci que pouco levamos em conta. Ele diz: “Na realidade, mesmo quando parecem vitoriosos, os grupos subalternos estão apenas em estado de defesa, sob alerta”. Portanto, precisamos ter muito cuidado para que essas vitórias – que, para mim, são mais do ponto de vista tático e momentâneo – não virem um momento de euforia que, logo depois, ou mais à frente, virará ilusão.

A ilusão e a expectativa são irmãs que nos colocam um véu sobre os olhos, que nos enganam. Olhamos o agora, mas esquecemos do depois. Olhamos a tática, mas esquecemos da estratégia. Por isso, gosto mais do verbo esperar, trazido por Paulo Freire, do substantivo esperança. Este, atividade passiva que nos leva a acomodação, que pode nos imobilizar. Aquele, ação ativa, que tem dinâmica, que nos leva à ação, ao fazer sempre para frente. Esperar = esperança + ação (luta encorajada de utopia).



Arredio (ou você é ríspido)

Ao longo de 32 anos de luta por justiça social e direitos humanos, nos mais diversos espaços, movimentos e bandeiras, algo que sempre me chamou a atenção foram as formas como sou (e, com certeza, várias pessoas de luta) chamado. Por vezes, de arredio; por vezes, de ríspido.

Ser arredio é ser arisco. É não se conformar com o que incomoda. Buscar caminhos, fazer críticas, fazer barulho, pressão. É assim, muitas vezes, a única forma que os movimentos sociais e populares têm para agir. Quando me chamam de arredio, eu vejo como elogio, pois tenho certeza de que estou incomodando. Se estou incomodando, é porque estou sendo subversivo.

É necessário ter uma subversão coletiva para existir e viver. Em alguns momentos, infelizmente, sobreviver. Vejo aqui a subversão de Ernesto “Che” Guevara. O que transforma, acende a luz do caminho. Esse caminho, que começa como sonho, passa pela luta até chegar a conquistas.

Quando sou chamado de ríspido, é porque também estou incomodando. Por exemplo, quando não se tem acessibilidade e se reclama, a resposta é: “Você está sendo ríspido”. Também vejo como um elogio. Causei algum incomodo e reflexão. Nem sempre as vitórias vêm no momento imediato, mas mexer com o que é confortável agora pode criar um desconforto, que pode mudar depois. É trabalhar a dialética construção-desconstrução-construção.

Que continuemos arredios, ariscos, intensos. Não podemos descansar um segundo, porque nossos algozes não descansam e destroem a nossa hegemonia, tão frágil de ser construída. Como diz Emicida, em *Amarelo*:

“Por fim, permita que eu fale
não as minhas cicatrizes
Achar que essas mazelas me definem
é o pior dos crimes
É dar o troféu pro nosso algoz e fazer nós sumir, aí.”



Turismo acessível

Quando viaja, você já parou para pensar quantas pessoas com deficiência há naquele espaço? Infelizmente, ninguém ou poucas pessoas. A pergunta, então, que vem a seguir é: verificou se o espaço tinha acessibilidade plena? Provavelmente não. Mas não é só o espaço que impede as pessoas com deficiência de frequentarem locais de turismo, lazer, shows.

Nós precisamos realizar todo um planejamento, desde o deslocamento, se o espaço tem acessibilidade, se vou poder e o que vou poder aproveitar dele, até as coisas mais simples (que não são tão simples assim), como se será permitida a entrada de cão-guia, que tipo de comida terei para comer, a roupa que vou usar, a localização do quarto do hotel.

São tantas questões que, muitas vezes, nos perguntam se vale a pena: o famoso custo-benefício. E, não raro, chegamos à conclusão de que não. Porque um imprevisto pode estragar tudo. É claro que imprevisto pode acontecer com todas as pessoas. Mas, nesse caso, o imprevisto que está garantido na lei justamente para não acontecer. Esses imprevistos podem te colocar em situações embaraçosas, de falta de segurança e à mercê da sorte.

Eu mesmo já vivenciei muitos “perrengues” para me divertir. É ter que contar com minha família para me guiar e levar a cadeira de roda da mãe no aeroporto ao mesmo tempo; é você ir ao ponto turístico de Itaúnas e não ter uma pessoa para ajudar a subir as dunas; é ser esquecido pelo *transfer* porque o voo atrasou; é ir a um show e não ter o espaço reservado para pessoas com deficiência visual quando o cantor é uma pessoa pertencente a esse grupo.

Por isso, é preciso dizer que não é favor de ninguém. Primeiro lugar, porque somos pessoas como quaisquer outras e merecemos respeito.

Segundo, existem leis e decretos, com destaque para Lei Brasileira de Inclusão e a Convenção da ONU, que garantem a acessibilidade plena. Por fim, somos consumidores, ou seja, estamos pagando pelo mesmo serviço que todos os outros, portanto não é de graça nem privilégio. O turismo acessível é um direito.

OBS.: Uma semana depois de escrever este texto, fui viajar com minha família. Eu, minha esposa, que possui deficiência física, e nossa filha, uma menor de 13 anos de idade. Por atraso, fomos, perdemos a conexão e remarcamos. Ouvimos propostas absurdas e fomos deixados sem a devida assistência, e nossa filha teve que ajudar no deslocamento de um aeroporto a outro. Mesmo eu orientando os funcionários da companhia, era visível a falta de formação para lidar com a situação.



Capacitismo recreativo

Tanto neste livro quanto em *Desfazendo os nós*, já tocamos bastante no assunto do capacitismo. É um tema muito importante e central para entender as pessoas com deficiência na sociedade capitalista. É o inimigo comum que devemos combater. O capacitismo se dá de diversas formas: na escola, no trabalho, nas relações sociais, inclusive no humor. Não raras vezes, somos usados por humoristas para fazer piadas com a nossa condição. Tal atitude não é nova, mas, com o tempo, a sociedade foi se conscientizando, a partir da ação militante de muitas pessoas com deficiência, de que essa abordagem deve ser eliminada. Conforme se diz hoje, deve ser cancelada.

Assim, vários artistas e as piadas capacitistas estão sendo expostos, e o debate vem provocando, aos poucos, indignação não só entre as pessoas com deficiência, mas também entre as pessoas sem. Um exemplo. No programa Big Brother Brasil de 2024, aconteceu um caso importante. Dentro da casa, entrou um atleta paralímpico que usa uma prótese como membro inferior. Na prova do líder, não foi provida a acessibilidade, e ele teve que tirar a prótese para não a quebrar. Ao invés de fomentar a discussão com todos da casa, preferiu-se chamar o atleta no quarto e conversar em particular, o que foi péssimo.

Mas, como se não bastasse, dois outros participantes começaram a chamá-lo de “manquetinginha” e “perninha”. Isso foi repetido várias vezes ao vivo. No primeiro caso, ele não gostou; no segundo, não levou a mal. Atitudes deploráveis dos dois participantes, tanto que o primeiro, que chamou o atleta de “manquetinginha”, foi votado para sair da casa. No meu entender, isso mostrar algum grau de reflexão daqueles que assistem a esse programa.

Em 2024, tal atitude não deve ser mais aceitável. Esse debate, enquanto escrevo este texto, levou-me a uma reflexão sobre como nossa sociedade capitalista nos vê: ora como servível, ora como inservível. É isso mesmo. Todos somos vistos, independentemente da deficiência, como úteis ou não, prestam ou não, descartados ou não, servem ou não.

Com as pessoas com deficiência, essa determinação é ainda mais forte, porque, de acordo com o padrão de normatização e normalização, somos seres “imperfeitos”. Portanto, somos vistos como seres inúteis ou pouco úteis, guardadas as raras exceções. Nessa questão, surge um certo olhar sobre a reabilitação, segundo a qual é preciso trabalhar com as órteses e próteses para colocar pessoas com deficiência em um grau maior de utilidade, de serventia. A reabilitação é importante, a meu ver, como uma ferramenta e uma metodologia de participação e construção do ser humano, olhando a sua função social. Assim, a prótese usada pelo atleta no programa Big Brother Brasil de 2024 não deveria ser motivo de chacota, mas de reflexão e posicionamento de aceitação diante do diferente.



Por onde andei, deixei marcas

O mais belo do processo de escrita é o depois. Todo trabalho de arte da palavra ganha vida na mão do leitor. Quem escreve, espera que alguém leia. Se tem um remetente, é porque tem um destinatário.

Desde o livro *Desfazendo os nós*, venho buscando sair da minha zona de conforto para escrever diferente e deixar outras e novas marcas. Quando comecei a escrever, lá com os meus 17 anos, a poesia apareceu. Escrevia letras de músicas na igreja. Depois, fui tomado pela vida e pela escrita acadêmica. Mas esse tipo de escrita, que tem o seu valor, é claro, não estava mais me satisfazendo como ser integral. Precisava retornar àquele jovem que escrevia para as pessoas mais simples.

Na pandemia, resolvi escrever diferente. Nesse momento, surge o *Desfazendo os nós*, um conjunto de crônicas, inicialmente escritas no *Facebook*, sobre os mitos e provocações sobre as pessoas com deficiência, em sua maioria. Depois, também na pandemia, eu retomo a poesia e escrevo o livro *Sem métrica*, juntando política, amor e ciência.

Foram os livros, até hoje, que mais tiveram impacto social. Das pessoas mais simples, de professores, de pessoas com deficiência que me abordaram chorando, dizendo que se viam naquele livro; de uma senhora que disse que nunca tinha lido um livro tantas vezes e que havia se emocionado; de pessoas que passaram a entender a vida real de uma pessoa com deficiência pela primeira vez. E, no âmbito acadêmico, tive a honra de ter tido o livro *Desfazendo os nós* indicado pela ANPEd para ser resenhado em uma revista internacional, a *Education Review*.

Voltando ao início deste texto, é para isso que a gente escreve. E foi por causa desses retornos que resolvi escrever este segundo livro de crônicas, porque me interessa deixar marcas por onde andei. Trabalhar com a pa-

lavra, seja falada (uma aula, uma palestra) ou escrita (em livros, artigos, matérias jornalísticas), é viver a possibilidade de transformar pessoas, transformar vidas.

Ao mesmo tempo, é a oportunidade de me transformar junto. Quantos desses retornos não me transformaram também? A escrita é dialógica. Neste livro, são pequenas crônicas que funcionam como pequenas aulas. Eu sou o remetente de um destinatário que eu não conheço, não vejo, mas que existe. Espero que este segundo livro de crônicas possa romper outras barreiras, atingir novas pessoas e possa trans(formar).



Copyright © 2025 Encontrografia Editora.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem a expressa autorização da editora.

Para nós, pessoas com deficiência, desfazer os nós é um exercício permanente, que nos aproxima da utópica, mas possível, liberdade. Acrescento, ainda, que desfazer os nós é tornar a vida em sociedade mais possível, sem adaptações e puxadinhos, em que barreiras são removidas e não são mais erguidas. Reitero que desfazer os nós não é um objetivo inalcançável, mas, sim, um dever coletivo de lutar.

Encorajo as leitoras e os leitores a experienciarem uma leitura dialógica e, a partir desta, a fortalecerem a potente luta anti-capacitista, que é coletiva e transformadora. Desejo a todas as pessoas uma inquietante e emancipatória leitura, reforçando o convite para desfazermos os nós.

Prof. Dr. Décio Nascimento Guimarães

Pessoa com deficiência (cego)

Doutor e mestre em Cognição e Linguagem (UENF) e professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFFluminense)



encontrografia

encontrografia.com
www.facebook.com/Encontrografia-Editora
www.instagram.com/encontrografiaeditora
www.twitter.com/encontrografia